

## Condicionantes do componente indígena do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte<sup>1</sup>.

Condicionante	Aferição Indígena e constatações técnicas
<b>Condicionantes de viabilidade do empreendimento sem prazo explícito</b>	
<p>As mudanças sugeridas no EIA sejam rigorosamente implementadas, observando questões e peculiaridades indígenas, especificamente sobre a necessidade de um programa ecológico, que seja suficiente para permitir a manutenção dos recursos irais necessários a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Em outras ivras, que o hidrograma ecológico (em especial os limites mínimos estipulados) siderado viável pelo Ibama permita a manutenção da reprodução da ictiofauna do gu e o transporte fluvial até Altamira, em níveis e condições adequados, evitando lanças estruturais no modo de vida dos Juruna de Paquiçamba e dos Arara de Volta nde podendo levar ao eventual deslocamento de suas aldeias.</p>	<p>A empresa Norte Energia já solicitou autorização para construir a última ensecadeira que deve fechar definitivamente o acesso fluvial para a cidade de Altamira, mas ainda não foi apresentado, nem discutido o mecanismo de transposição de embarcações. Os povos indígenas e ribeirinhos da VGX correm o risco de ficar ilhados.</p> <p>2 “- deveria ter sido apresentada a todas as</p>

<sup>1</sup> Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, 30 de setembro de 2009. <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php> Pp:95-97

<sup>2</sup> Para garantir a Navegabilidade até Altamira, ainda durante a construção da barragem, a Norte Energia devia providenciar um mecanismo de transposição de embarcações da barragem que permitisse o acesso das comunidades à cidade sem aumentar significativamente o tempo do

	<p>comunidades indígenas uma definição clara dos mecanismos de transposição das embarcações pelo barramento até o dia 01 de junho de 2011<sup>3</sup></p> <p>Em 25 de julho de 2012, reunião para apresentar mecanismo de transposição do Rio Xingu fracassa e acaba com engenheiros detidos na aldeia Muratu, na Terra Indígena Paquiçamba.<sup>4</sup></p>
<p>a garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados.</p>	<p>“- deveria ter sido implementado um Plano de Proteção das TIs até o prazo de 22 de junho de 2011.”<sup>5</sup> Isso tampouco aconteceu na data prometida e em 19 de Agosto de 2012 os Xicrin publicam carta denunciando a ausência de posto de fiscalização na sua terra.</p>

trajeto. Ainda não foi apresentado às comunidades sequer um mecanismo provisório para tal. A construção das enceradeiras avança e as possibilidades das comunidades da Volta Grande do Xingu ficar ilhadas aumenta a cada dia. Em caso de urgências médicas, por exemplo, não há garantia de transporte em tempo razoável até a cidade. A Funai não pode se manifestar favorável à autorização da construção da enseadeira de 1ª fase – 2ª etapa no Sítio Pimental, conforme a condicionante 2.6 da LI 795/2011

<sup>3</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

<sup>4</sup> Carta com explicação de motivos e reivindicações durante a retenção dos engenheiros na TI Paquiçamba: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3628>

<sup>5</sup> Ibidem

**Estudos complementares que podiam ser entregues depois do Ibama emitir a licença Prévia, mas evidentemente antes da Licença de Instalação para poder influenciar a definição do PBA<sup>6</sup>**

Sobre a bacia hidrológica do rio Bacajá, com o mesmo critério e rigor daqueles realizados para o Xingu, a fim de esclarecer dúvidas sobre suas possibilidades de drenagem, diminuição de vazão, impactos sobre ictiofauna, que podem comprometer de alguma maneira tanto as atividades de subsistência (pesca) como comerciais (castanha) e a locomoção das comunidades Xikrin da Terra Indígena Mucabi-Bacajá e dos Arara da Volta Grande. Esses estudos devem considerar as atividades de ocupação que alcançam as cabeceiras do rio Bacajá, visto o prognóstico de intensificação das atividades antrópicas nessa região. (Análise Ambiental dos Estudos Hidrológicos 2009: 231)

“- os Estudos Complementares do Rio Bacajá deveriam ter sido apresentados até o dia 16 de abril de 2012. Os resultados dos Estudos Complementares do Rio Bacajá foram apresentados entre os dias 22 de abril e 02 de maio de 2012. Além disso, a equipe de apresentação comprometeu-se a enviar para cada aldeia da Terra Indígena Trinchira Bacajá uma cópia do documento final com um anexo, exigido pelos Xikrin, contendo suas posições em relação aos resultados e suas demandas em relação aos impactos referentes à construção de Belo Monte. O prazo para entrega desse material ficou estabelecido para o dia 18 de junho de 2012, juntamente com as gravações das reuniões em DVD sem edição. (...)

“- Apenas um ano dos Estudos Complementares do Rio Bacajá não são suficientes para saber como o rio funciona e quais serão seus impactos com a construção da Usina.

- Os Estudos Complementares deveriam continuar para saber sobre os ciclos da cheia, vazão, enchente e vazante; sobre os peixes que sobem do Xingu e que espécies serão afetadas.

- É preciso haver monitoramento da quantidade de barro que o rio Bacajá carrega, da velocidade da água, dos desmatamentos das cabeceiras e afluentes, da qualidade da água do rio, da temperatura da água e surgimento de algas e mosquitos como o da malária, da diversidade e tamanho dos peixes que sobem o rio e chega à região das aldeias, das mudanças do efeito de remanso na piracema, das condições de navegação para transporte de pessoas e de escoamento de produção, principalmente da castanha que é feita na época da cheia, da ocupação de terras no entorno da TI devido às atividades de

<sup>6</sup> Ibidem, pag. 94.

garimpo, poluição das águas, desmatamento, práticas de caça e pesca.  
- É preciso que seja feito imediatamente:  
\* Implantação de Postos de Fiscalização e Vigilância;  
\* Definição dos Programas do PBA.  
\* Definição de um Programa de transição após o Plano Emergencial.  
\* Definição e apresentação do Sistema de Transposição nas aldeias.  
\* Definição de equipe para monitoramento, com pessoas que sejam de confiança da comunidade.”<sup>7</sup>  
A pesar da Norte Energia ter contratado estudos complementares sobre a bacia do Bacajá, não existe uma análise antropológica integrada de como os impactos identificados no novo estudo afetaram as comunidades Xicrin. Tampouco existe uma proposta de revisão e adaptação do PBA indígena a partir dos estudos complementares. Ou seja, os estudos são feitos e entregues, mas não tem uma contrapartida na definição e implementação das medidas de mitigação e compensação para os Xicrin.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

<sup>8</sup> Os estudos entregues em março de 2009 sobre a TI Trincheira do Bacajá concluiu que não era possível avaliar os impactos reais do empreendimentos com as informações disponíveis nesse momento. “Pela análise do material do EIA não foi possível responder, de forma conclusiva, a algumas importantes indagações da comunidade indígena em relação ao destino do rio Bacajá. (...) Estudos diretamente relacionados com o rio Bacajá são poucos e, quando existentes, compreendem a região de seu baixo curso, local relativamente distante das comunidades indígenas. A bacia hidrográfica do rio Bacajá não foi considerada como um todo, ou seja, não foram estudados seus componentes físicos, biológicos e antropológicos, e sua influência sobre o empreendimento e vice-versa. As comunidades indígenas têm completa dependência dos recursos naturais da bacia hidrográfica do rio Bacajá. As atividades de caça, pesca e extrativismo são executadas em vários igarapés e em várias sub-bacias, formando uma rede intrincada de dependência dos recursos naturais. Qualquer mudança nesse ambiente implicará num rearranjo de relações. Por esse motivo é muito importante o conhecimento funcional desse sistema antes da influência de externalidades.” Estudo Socioeconômico da TI Trincheira do Bacajá, março 2009: [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%205/Texto/Relatório%20TI%20Trincheira%20Bacajá.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%205/Texto/Relatório%20TI%20Trincheira%20Bacajá.pdf) Pagina 65

<p>Sobre os índios citadinos, estendendo a pesquisa às TIs Xipaya e Kuruaya, tendo em ta a forte presença de representantes desses grupos na cidade de Altamira e Volta ande do Xingu, conforme justificativa apresentada neste parecer. Deverão ser esentadas as genealogias citadas nos últimos estudos do componente indígena sobre índios citadinos.</p>	<p>Os indígenas impactados pela obra que não moram nas aldeias, apesar de cadastrados pela empresa não foram registrados no DSEI e não recebem atendimento de saúde diferenciado, como de fato foi confirmado pela SESAI em 4 de julho de 2012: “O modelo assistencial é ofertado aos indígenas moradores em aldeias dentro de reserva indígena e até o momento <b><u>o DSEI Altamira não assiste oficialmente indígenas citadinos ou residentes em áreas ribeirinhas.</u></b>”</p> <p>Segundo a SESAI: “em contato com a funai em Altamira fomos informados que o mesmo está desenvolvendo um trabalho de identificação dessa população, porém não há ainda um registro de indígenas existentes nas comunidades ribeirinhas localizadas as margens dos rios Xingu, Riozinho do Afrísio, Iriri e Curuá.”<sup>9</sup></p>
<p>Sobre a situação da indústria madeireira na região, apontando os efeitos do Projeto lo Monte quanto ao incremento da produção desse setor e seus possíveis impactos ; terras indígenas. Deverão ser indicadas também formas e mecanismos para garantir iscalização quanto à origem e certificação da madeira a ser utilizada na obra de Belo nte, caso o projeto venha a ser aprovado, como também medidas para o nitoramento e fiscalização desse setor.</p>	<p>“Combinando a tendência do desmatamento mais baixa do período 2006-2009 com as projeções de população com o projeto, <u>projetamos que seriam desmatados em torno de 800 km2 adicionais em 20 anos. Já considerando a tendência do desmatamento mais elevada do período 2000-2005, projetamos que seriam desmatados de 4.408 km2 a 5.316 km2 adicionais, dependendo do nível de</u></p>

<sup>9</sup> Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Copia do documento Anexo).

	<p><b>imigração. Isso se o governo e a empresa não tomarem medidas concretas para controlar.”<sup>10</sup></b></p> <p>“mapa produzido pelo Ibama mostra que entre 2010 e 2011 o desmatamento mais intenso na região foi nas duas regiões onde estão sendo construídas as hidrelétricas no Pará (Belo Monte) e em Rondônia. Além do desmatamento para instalar as obras, as hidrelétricas na região estimulam indiretamente o desmatamento. Produtores rurais locais e imigrantes desmatam para ampliar a produção ou para especular, considerando o potencial de aumento do valor da terra.”<sup>11</sup></p>
<p><b>Condicionantes que deviam ser atendidas até o leilão. Ações que deviam ter acontecido até antes do dia 20 de abril de 2010.</b></p>	
<p>Criação de grupo de trabalho para coordenação e articulação das ações permanentes referentes aos povos e terras indígenas impactadas pelo empreendimento, no âmbito do Comitê Gestor do PAC (“GEPAC- Belo Monte”) para viabilizar as seguintes ações concernentes a:</p>	
<p>Reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo DSEI na região de Altamira;</p>	<p>Há mais de três anos se espera a reestruturação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira. Das 32 aldeias somente 7 tem posto de alvenaria e outros 7 de madeira, ou seja, menos da metade das aldeias não tem posto de saúde. Não foram contratados os profissionais que devem prestar assistência diária e que residam na</p>

<sup>10</sup> No estudo: “Risco de Desmatamento Associado à Hidrelétrica de Belo Monte”. Barreto, P., Brandão Jr., A., Martins, H., Silva, D., Souza Jr., C., Sales, M. & Feitosa, T. Imazon, 2011. Veja o estudo na íntegra:

<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/risco-de-desmatamento-associado-a-hidreletrica-de-belo-monte>

<sup>11</sup> <http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2011/12/06/desmatamento-cai-mas-nao-no-entorno-de-usinas/>

aldeia, como os Agentes indígenas de saúde e técnicos de enfermagem, entre outros. Tampouco foi contratado sequer um (1) médico para todo o Distrito<sup>12</sup>. Com isso, problemas que poderiam ser resolvidos na aldeia acabam encaminhados para Altamira, gerando diversos outros problemas, inclusive no sentido de sobrecarregar o já precário serviço de saúde disponível no município. Antes da licença de instalação da Usina Hidrelétrica, as condicionantes da Funai previam um “programa de atendimento à saúde reformulado”, que já devia estar “operante”. A situação é realmente precária como pode ser visto em vídeo sobre atendimento de saúde a indígenas em Altamira (“Belo Monte, um drama para a Saúde Indígena” - <http://www.youtube.com/watch?v=eGF-xKtLmCc>).

Em resposta a requerimento oficial à SESAI do dia 4 de julho de 2012, a Secretaria afirma que para 2012 não foi construído “NENHUM PÓLO BASE DAS CONDICIONANTES”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Cópia do documento Anexo).

<sup>13</sup> Ibidem.

<p>Fiscalização e vigilância das TIs dos Grupos 1 e 2, incluindo termo de cooperação com o CENSIPAM, para monitoramento por imagens de satélite das TIs;</p>	
<p>Adequação e modificação dos projetos da BR 158 e PA 167, de modo que seus traçados não incidam em terras indígenas, envolvendo o DNIT e Secretaria de Transportes do estado do Pará;</p>	<p>O governo federal não tem feito nenhuma articulação neste sentido.</p>
<p>Ação conjunta entre a Polícia Federal, Funai, Ibama, Incra, AGU e Força Nacional para viabilizar as seguintes ações de regularização fundiária das terras indígenas:</p>	<p>“- A questão relacionada às ações de regularização fundiária das Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca, além da desintrusão da TI Apyterewa não foi resolvida (...) - A condicionante 2.28 relacionada ao parecer 21 da FUNAI sobre a TI Apyterewa ainda não foi cumprida.”<sup>15</sup></p> <p>A TI Apyterewa já iniciou o processo de desintrusão, mas parou. A demarcação física de Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca já foi feita, agora devem iniciar os processos de levantamento fundiário e com essas informações fazer a desintrusão dessas duas terras. Ou seja, o processo começou, mas não há cronograma nem data para encerramento dos procedimentos.</p>
<p>marcação física das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca;</p>	
<p>realizar levantamento fundiário e iniciar desintrusão da TI Apyterewa;</p>	
<p>representar solução para os ocupantes não-indígenas em seus traçados como não sendo de boa fé;</p>	
<p>viabilizar a arrecadação de áreas para o reassentamento dos ocupantes não-indígenas de boa-fé.</p>	

<sup>14</sup> Os Grupos 1 e 2 de Terras Indígenas às quais faz referência o Parecer Técnico da Funai são: Grupo 1: Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do Km 17 e Trincheira do Bacajá. Grupo 2: Apyterewa, Araweté do Igarapé, Ipixuna, Koatinemo, Karararô, Arara e Cachoeira Seca. Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, 30 de setembro de 2009, Página 29.

<sup>15</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vaio-mudar-os-compromissos.html>



assinatura de termo de compromisso entre Funai e Eletrobrás para elaboração de convênio visando o fortalecimento, a longo prazo, de programas abrangentes de apoio e assistência aos povos e TIs presentes neste parecer .

Vale a pena destacar que o Convênio entre a Funai e a Eletrobrás deve “beneficiar” aos todos povos e terras indígenas mencionadas no Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, mas os recursos deste Termo de cooperação foram direcionados curiosamente para o povo Kayapó que mais resistência política tem manifestado contra a Usina de Belo Monte:

“A Fundação Nacional do Índio (Funai), as Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, o Instituto Kabu e a Associação Floresta Protegida formalizaram ontem (24 de abril de 2012), a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Financeira, para a realização de ações de apoio e assistência às comunidades indígenas da etnia Kayapó do médio Xingu.

O acordo celebrado prevê o repasse de recursos para a execução do chamado “Projeto emergencial para seis aldeias Kayapó do oeste do Pará, em ações de produção e geração de renda e melhorias de novos aldeamentos localizados em áreas estratégicas (...) Segundo o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto, até o dia 04 de maio será liberado o recurso financeiro para dar início à execução do projeto emergencial, que terá a duração de quatro meses, contados a partir da data de sua assinatura. Carvalho também explicou que durante a realização do projeto emergencial, a Eletrobras irá

	trabalhar na criação dos planos definitivos do programa de médio prazo, com duração de quatro anos.” <sup>16</sup>
publicação de portaria para restrição de uso entre as Terras Indígenas cheira Bacajá e Koatinemo, para proteção de índios isolados;	A Funai interditou uma área para índios isolados na área solicitada por um prazo de dois anos que vence em janeiro de 2013. A área chamada de Ituna / Itatá, abriga índios isolados, entre as TIs Koatinemo e Trincheira/Bacajá, no Estado do Pará Segundo a portaria nº 38, de 11/01/2011, e ocupa uma área de 137.756 hectares, entre os rios Xingu e Bacajá. Não há informação pública com relação ao futuro da área após o prazo de vencimento da interdição. Vale a pena lembrar que esta área coincide com uma das áreas propostas pelo empreendedor para a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral com os recursos da compensação ambiental. Infelizmente tampouco tem sido publicada informação oficial sobre a destinação dos quase 100 milhões de reais de compensação ambiental.
<b>Ações que devem ser implementadas após do Leilão mas antes da licença de instalação da Usina</b>	
fortalecimento da atuação da Funai no processo de regularização fundiária e proteção das terras indígenas, para que cumpra suas obrigações constitucionais:	“- no dia 08 de junho de 2012 foi emitida a autorização da FUNAI para início imediato do Programa de acesso viário das TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá. Até agora nada foi feito. (...) A

<sup>16</sup> [http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2012/04\\_abr/20120425\\_13.html](http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2012/04_abr/20120425_13.html)

<p>completa desintração e realocação de todos os ocupantes não-índios das TIs envolvidas neste Processo:</p>	<p>redefinição dos limites da Ti Paquiçamba, além da desintração e reavaliação das TIs envolvidas no processo. O estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá, além da ampliação da TI Paquiçamba e criação de unidade de conservação também não foi consolidado.”<sup>17</sup></p>
<p>todas as TIs regularizadas (demarcadas e homologadas);</p>	
<p>implementação de outras ações do Estado necessárias para apoiar o cumprimento das medidas de mitigação dos impactos: destinação das ilhas no Xingu que se encontram entre as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu como áreas de usufruto exclusivo dessas comunidades indígenas;</p>	<p>“O estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá, além da ampliação da TI Paquiçamba e criação de unidade de conservação também não foi consolidado.”<sup>18</sup></p>
<p>Estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira-Bacajá, incluindo nesse processo a ampliação da Terra Indígena Paquiçamba e a criação de unidades de conservação propostas nesse parecer. <sup>19</sup></p>	
<p>elaboração de proposta de atendimento à educação escolar para as comunidades impactadas, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação do Pará e MEC.</p>	
<p>programa de atendimento à saúde reformulado e operante;</p>	<p>Sobre os problemas para atendimento em saúde dos povos indígenas a SESAI manifestou preocupação com a</p>

<sup>17</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vaio-mudar-os-compromissos.html>

<sup>18</sup> Ibidem

<sup>19</sup> A licença de Instalação definiu o valor da compensação ambiental da Usina de Belo Monte em quase 100 milhões de reais. Estes recursos devem ser aplicados no fortalecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral existentes e não criação de novas Unidades de Conservação. Apesar de ter dinheiro e propostas para a criação das áreas ainda não há nenhuma decisão por parte do Ibama no Comitê de Compensação Ambiental Federal. Tampouco há explicações sobre a demora na aplicação dos recursos.

	<p>multiplicação das aldeias produto das brigas internas: “Em 2010 a população indígena do DSEI Altamira ainda estava distribuída em 21 aldeias. no entanto, no início de 2011, com as primeiras discussões sobre o plano básico ambiental – componente indígena / projeto belo monte, ocorreram sucessivas divisões nas comunidades indígenas, ocasionando uma grande mudança no desenho original e distribuição populacional decorrente da implantação de mais 13 novas aldeias, perfazendo em 2012 um total de 34 aldeias, dentro do mesmo território do DSEI –ATM.”<sup>20</sup></p>
<p>rograma de atendimento à educação escolar elaborado e operante;</p>	
<p><b>Ações que deviam ter acontecido “imediatamente após a assinatura do contrato de concessão do AHE”. A assinatura do contrato foi em maio de 2010.</b></p>	
<p>Elaborar Cronograma e Plano de Trabalho para discussão das diretrizes gerais dos programas apontados nos estudos, incluindo a gestão e execução das ações, amplamente discutidos com <b>todas</b> as comunidades impactadas para o devido detalhamento e aprovação imediatamente após a assinatura do contrato de concessão do AHE;</p>	<p>“- deveria ter sido criado um Cronograma e Plano de Trabalho para execução dos programas de mitigação discutido em todas as comunidades e contendo as propostas de cada uma.”<sup>21</sup> Isso não foi feito. O PBA Indígena foi aprovado pela Funai em 2 de julho de 2012. Um ano depois da emissão da LI. Mesmo assim, em 27 de agosto de 2012 ainda não tinha iniciado sua execução.</p>

<sup>20</sup> Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Copia do documento Anexo).

<sup>21</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

<p>Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a Funai, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no leito do Rio Xingu (no trecho da Vazão Reduzida) logo após assinatura do contrato de concessão do AHE;</p>	
<p><b>Ações sem prazo explícito</b></p>	
<p>Garantir recursos para execução de todos os Planos, Programas e ações previstas no EIA para o componente indígena durante todo o período de operação do empreendimento;</p>	<p>Até hoje não foi apresentado nenhum orçamento sobre o valor das condicionantes ou do próprio PBA nem para os cidadãos em geral, nem para os povos indígenas atingidos. O PBA foi aprovado com ofício do dia 2 de julho de 2012 sem que a Funai tivesse a oportunidade de terminar as consultas sobre o mesmo com os povos indígenas do rio Iri e Xingu à montante do empreendimento.<sup>22</sup></p>

<sup>22</sup>“diante da situação emergencial em que se encontram as populações indígenas impactadas pelo início das obras de instalação da UHE Belo Monte, a Funai encaminhou, em 02/07/2012, ofício e parecer técnico ao Ibama dando anuência e recomendando o início da execução do PBA indígena. No entanto, será garantida a sequência de reuniões sobre o PBA indígena nas aldeias onde estas ainda não foram realizadas, com a equipe da Funai, para atender suas demandas, assim como as demandas contidas no Plano Emergencial do componente indígena – atualmente em vigor e que prevê ações e projetos de etnodesenvolvimento, segurança alimentar e infraestrutura para as aldeias impactadas.”  
Nota da Funai sobre a UHE Belo Monte. 05 de julho de 2012, publicada em: <http://www.funai.gov.br/>

<p>Criar plano de comunicação com as comunidades indígenas, com informações sobre as fases do empreendimento, do licenciamento e sobre todas as atividades relacionadas ao AHE Belo Monte.</p>	<p>“- um registro de todo o processo de implementação dos programas deveria ter sido disponibilizado em todas as aldeias.”<sup>23</sup> Isso não foi feito</p> <p>Sobre o programa de comunicação que colocou rádios nas aldeias é necessário afirmar que este não tem sido um instrumento para maior entendimento dos processos de licenciamento e das obras por parte dos povos indígenas. O maior exemplo disso é que as obras no rio começaram e o programa de comunicação nem ao menos informou às aldeias da Volta Grande do Xingu. Estas perceberam o início das obras através da piora na qualidade da água.</p>
<p>Criar um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento – preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades.</p>	<p>“- deveria ter sido criado um Comitê Indígena para monitoramento da vazão com os mecanismos de transposição até o dia 26 de junho de 2011.”<sup>24</sup></p>
<p>Formação de um Comitê Gestor Indígena para as ações referentes aos programas de compensação do AHE Belo Monte.</p>	<p>“- deveria ter sido criado outro Comitê Gestor Indígena para ações referentes aos programas de compensação até o dia 12 de junho de 2011.”<sup>25</sup> Isso não aconteceu</p>
<p>Eleição de áreas para a Comunidade Indígena Juruna do Km 17, com acompanhamento da Funai.</p>	
<p>Realizar os estudos complementares sobre o rio Bacajá e Bacajá, das TIs Kipaya e Kuruaya e do setor madeireiro;</p>	

<sup>23</sup> Ibidem

<sup>24</sup> Ibidem

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Esta condicionante já está contemplada na solicitação de estudos complementares.

Designar equipe específica para a elaboração, detalhamento e acompanhamento de todas as ações previstas junto às comunidades indígenas, em colaboração à Funai, demais órgãos governamentais e comunidades indígenas.	
Elaborar programa de documentação e registro de todo o processo de implantação dos programas;	
Apoiar o processo de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, bem como a ampla participação das comunidades indígenas;	“- um Comitê Gestor de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu deveria ter sido criado.” <sup>27</sup> O governo federal não fez nenhuma gestão para isso apesar do empreendedor ter enviado carta para a ANA manifestando sua intensão em apoiar a criação do Comitê de Bacia do rio Xingu. A ANA não reconhece os instrumentos de gestão de recursos hídricos como o Comitê de Bacia adequado para a região amazônica, não obstante, tampouco propõe alternativas para tanto.
Contribuir para a melhoria da estrutura (com apoio financeiro e de equipe técnica adequada), da Funai, para que possa efetuar, em conjunto com os outros órgãos federais ( Ibama, ICMBio, Incra, entre outros) a gestão e controle ambiental e territorial na região, bem como acompanhamento das ações referentes ao Processo.	Até agosto de 2012 as ações previstas para aumentar a governança ambiental da região como a destinação e execução dos recursos de compensação ambiental ainda não tinham sido discutidos na Câmara de Compensação Federal.
Criação de uma instância específica para acompanhamento da questão indígena, pelo empreendedor, com equipe própria, evitando assim, a verificação das ações indigenistas entre os demais Planos de Gestão Ambiental.	

Informação sistematizada pelo Instituto Socioambiental- ISA em junho de 2012 e atualizadas em 27 de agosto de 2012.

<sup>27</sup> <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>